

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PARTE ESPECIAL

LIVRO I
DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕESTítulo VII
Dos Atos Unilaterais

Capítulo I – Da Promessa de Recompensa	3
<i>Art. 854</i>	<i>3</i>
1. Da promessa de recompensa.....	3
2. Da figura do promitente	5
3. Da licitude e possibilidade do objeto da promessa.....	7
4. Da forma da promessa de recompensa	8
5. Do comprometimento de recompensar ou gratificar quem preencha a condição ou execute o serviço	9
<i>Art. 855</i>	<i>11</i>
1. Quem terá direito à recompensa	12
2. Da capacidade do executor	12
3. A quem fizer o serviço ou satisfazer a condição	14
<i>Art. 856, parágrafo único</i>	<i>15</i>
1. Da possibilidade de revogação da promessa de recompensa.....	16
2. Forma especial para revogação.....	17

<i>Art. 856. (...)</i>	19
1. Do reembolso das despesas despendidas pelo candidato de boa-fé	19
<i>Art. 857</i>	21
1. Quando houver pluralidade de pessoas que contemplarem a tarefa ou a condição.....	22
<i>Art. 858</i>	25
1. Quando a execução se der de forma simultânea entre dois ou mais candidatos	25
2. Da cooperação de várias pessoas para a realização da tarefa ou da condição.....	27
<i>Art. 859</i>	29
1. Do concurso com promessa pública de recompensa	29
2. Da fixação do prazo e irrevogabilidade da proposta.....	31
3. Do concurso público realizado por órgão público.....	34
<i>Art. 859, § 1.º</i>	36
1. Da escolha do juiz do certame	37
2. Da obrigatoriedade de acolhimento da decisão	38
<i>Art. 859, § 2.º</i>	39
1. Quando o próprio promitente atua como juiz.....	39
<i>Art. 859, § 3.º</i>	40
1. Se os trabalhos tiverem mérito igual	40
<i>Art. 860</i>	42
1. Da propriedade das obras premiadas no concurso.....	42
Capítulo II – Da Gestão de Negócios	44
<i>Art. 861</i>	44
1. O sujeito da gestão de negócio	44
2. Sem autorização do interessado.....	48
3. Intervir em negócio alheio	49

4. Segundo o interesse e vontade presumível de seu dono	50
5. Responsabilidade do gestor perante o dono da coisa e terceiros	52
<i>Art. 862</i>	52
1. A gestão iniciada contra a vontade do interessado	53
2. Responderá o gestor até pelos casos fortuitos	55
3. Da possibilidade de não responder pelo caso fortuito	56
<i>Art. 863</i>	57
1. Das consequências resultantes da gestão irregular	57
2. Restituição da coisa ao estado anterior	58
3. Ou a indenização da diferença	58
<i>Art. 864</i>	59
1. Da comunicação da gestão ao dono da coisa	59
2. Do momento da notificação	61
3. Aguardar a resposta do dono da coisa, desde que a espera não resulte em perigo ao negócio	62
<i>Art. 865</i>	62
1. Da atitude do gestor enquanto o dono da coisa não assumi-la	63
2. Do falecimento do dono da coisa	64
3. Do falecimento do gestor	65
4. Da possibilidade de o gestor usucapir o bem gerido	67
<i>Art. 866</i>	68
1. O gestor envidará toda a sua diligência habitual	69
2. Ressarcir os prejuízos resultantes de qualquer culpa	70
3. Da atuação do gestor em Juízo	71
<i>Art. 867</i>	72
1. Do substituto do gestor	72
2. Ação de indenização e ação regressiva	74
<i>Art. 867, parágrafo único</i>	75
1. Da pluralidade de gestores	75
2. Da solidariedade dos cogestores	76

<i>Art. 868</i>	77
1. Da realização de operações arriscadas pelo gestor	77
2. Do prestígio aos seus interesses em face dos do titular da coisa gerida	79
3. Responsabilidade pelo caso fortuito	80
<i>Art. 868, parágrafo único</i>	80
1. Havendo proveito da gestão pelo titular	81
2. Reembolso pelas despesas necessárias	82
3. Da indenização pelos prejuízos sofridos	83
<i>Art. 869</i>	83
1. Se o negócio for utilmente administrado, cumprirá ao dono da coisa	84
2. Os compromissos assumidos perante terceiros em nome do titular	87
3. Reembolsar ao gestor as despesas necessárias e úteis que o mesmo houver feito	88
4. Indenizar os prejuízos sofridos pelo gestor	89
<i>Art. 869, § 1.º</i>	90
1. Da apreciação da necessidade ou utilidade da despesa	90
<i>Art. 869, § 2.º</i>	91
1. Do erro quanto à pessoa do dono do negócio	91
<i>Art. 870</i>	92
1. Da obrigatoriedade de reembolsar ou indenizar o gestor	92
2. Da gestão realizada para acudir prejuízos iminentes	93
3. Obtenção de benefícios ao dono ou à própria coisa	94
4. Do limite para indenizar	94
<i>Art. 871</i>	95
1. Do enquadramento da hipótese à gestão de negócios	95
2. Aquele que prestar alimentos na ausência daquele que está obrigado a fazê-lo terá direito ao reembolso, mesmo sem ratificação do ato	97
<i>Art. 872</i>	100
1. Da vinculação desta regra à gestão de negócios	100

2. Do pagamento das despesas do enterro feitas por terceiro	100
3. Caberá ao responsável em alimentar o <i>de cujus</i> efetuar o reembolso das despesas do enterro	101
<i>Art. 872, parágrafo único</i>	102
1. Hipótese de isenção na obrigatoriedade de reembolsar o gestor	102
<i>Art. 873</i>	103
1. A ratificação da gestão pelo dono do negócio	103
2. Dos efeitos da ratificação para a gestão	105
<i>Art. 874</i>	106
1. Da desaprovação da gestão	106
<i>Art. 875</i>	107
1. Negócio gerido por conexão ao do gestor	108
<i>Art. 875, parágrafo único</i>	109
1. Da obrigação do dono da coisa	110
Capítulo III – Do Pagamento Indevido	111
<i>Art. 876</i>	111
1. Do pagamento indevido	111
2. Dos requisitos do pagamento indevido	112
3. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir	115
4. Aquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição	117
5. Do pagamento indevido de tributos	118
<i>Art. 877</i>	120
1. Àquele que voluntariamente pagou o indevido	120
2. Das pessoas com direito a repetir	121
3. Incumbe a prova de tê-lo feito por erro	124
<i>Art. 878</i>	126
1. Da aplicação da boa e má-fé no pagamento indevido	126
2. Do <i>accipiens</i> de boa-fé	126
3. Do <i>accipiens</i> de má-fé	130

<i>Art. 879</i>	130
1. Quando o pagamento indevido consistir na entrega de um bem imóvel	131
2. Alienação do imóvel a terceiro, a título oneroso, com boa-fé do <i>accipiens</i> ...	131
3. Alienação do imóvel a terceiro, a título oneroso, com má-fé do <i>accipiens</i>	133
<i>Art. 879, parágrafo único</i>	134
1. Das hipóteses de reivindicação do bem imóvel	134
2. Da alienação a título gratuito do imóvel.....	135
3. Da alienação a título oneroso com má-fé do adquirente	136
<i>Art. 880</i>	137
1. Fica isento de restituir o pagamento indevido.....	137
2. Da inutilização do título.....	138
3. Mas o que pagou terá direito a ação regressiva contra o devedor e fiador	140
<i>Art. 881</i>	141
1. Do pagamento indevido nas obrigações de fazer ou de não fazer	141
2. Na medida do lucro obtido.....	142
<i>Art. 882</i>	142
1. Pagamento de dívida prescrita	143
2. Obrigação judicialmente inexigível.....	144
<i>Art. 883</i>	145
1. Não terá repetição o solvente que pagar com fim torpe	145
2. Do objetivo da proibição em repetir	147
<i>Art. 883, parágrafo único</i>	148
1. Da destinação da coisa dada para obter fim torpe	148
2. A quem caberá a coisa dada.....	149
Capítulo IV – Do Enriquecimento sem Causa	150
<i>Art. 884</i>	150
1. Do enriquecimento sem causa	150
2. Do conceito e dos princípios do enriquecimento sem causa.....	152

3. Das condições do enriquecimento sem causa	154
4. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem	154
5. Será obrigado a restituir o indevidamente auferido, com atualização dos valores monetários	156
<i>Art. 884, parágrafo único</i>	157
1. Se a restituição tiver como objeto coisa determinada	157
2. Se houver perda da coisa a ser restituída	158
<i>Art. 885</i>	158
1. A restituição será devida mesmo se a causa deixar de existir	159
<i>Art. 886</i>	160
1. Da ação de locupletamento sem causa	160

Título VIII

Dos Títulos de Crédito

1. A codificação	163
2. Títulos de crédito no novo Código Civil	169
3. Teorias das obrigações cambiárias	173
4. Histórico dos títulos de crédito	176
Capítulo I – Disposições Gerais	179
<i>Art. 887</i>	179
1. A dicção “nele contido”	179
2. Literalidade	180
3. Autonomia	180
4. Inoponibilidade da exceção	182
5. Cartularidade	183
6. Independência e abstração	184
7. Rigor cambiário	185
8. Grau de eficácia	187

<i>Art. 888</i>	188
<i>Art. 889</i>	189
1. Requisitos formais	189
2. Data de emissão: imperativo legal	191
3. Direitos contidos no título	193
4. Firma do emitente	194
5. Capacidade do emitente	196
6. Autenticidade da assinatura	196
7. Firma por procuração	198
<i>Art. 889, § 1.º</i>	198
<i>Art. 889, § 2.º</i>	199
1. Lugar de emissão	199
2. Lugar do pagamento	200
<i>Art. 889, § 3.º</i>	200
1. Evolução necessária	200
2. Emissão por caracteres	204
<i>Art. 890</i>	204
1. Apego aos requisitos formais	205
2. Vedação aos juros	206
3. Endosso: proibido proibir	206
<i>Art. 891</i>	207
1. Superado o antigo debate	207
2. Título incompleto ou em branco: circulação	208
3. Preenchimento do título incompleto	209
4. Momento do preenchimento	210
<i>Art. 891, parágrafo único</i>	211
<i>Art. 892</i>	213
<i>Art. 893</i>	217

<i>Art. 894</i>	218
1. Vinculação de título representativo	219
2. Título representativo: tipos	219
3. Conhecimento de transporte	221
4. Direito sobre os bens	221
<i>Art. 895</i>	222
<i>Art. 896</i>	224
<i>Art. 897</i>	226
1. O aval.....	226
2. Aval e fiança.....	228
3. Aval: poderes para firmar.....	229
4. Aval é gratuito?.....	230
<i>Art. 897, parágrafo único</i>	231
<i>Art. 898</i>	233
<i>Art. 898, § 1.º</i>	235
<i>Art. 898, § 2.º</i>	236
<i>Art. 899</i>	238
<i>Art. 899, § 1.º</i>	241
<i>Art. 899, § 2.º</i>	242
<i>Art. 900</i>	245
<i>Art. 901</i>	246
<i>Art. 901, parágrafo único</i>	250
<i>Art. 902</i>	252
<i>Art. 902, § 1.º</i>	254
<i>Art. 902, § 2.º</i>	255
<i>Art. 903</i>	257

Capítulo II – Do Título ao Portador	259
<i>Art. 904</i>	259
<i>Art. 905</i>	263
<i>Art. 905, parágrafo único</i>	265
<i>Art. 906</i>	267
1. Oposição restrita	267
2. Endosso e tradição: exceções.....	269
3. Rigor cambiário: mitigação	269
4. Obrigação nula.....	270
<i>Art. 907</i>	271
<i>Art. 908</i>	275
1. Importância da cártula	276
2. Recuperação do título	278
3. Oposição do emitente	279
<i>Art. 909</i>	280
1. O título e o crédito	280
2. Perda, extravio e desapossamento	281
3. Recuperação do título	283
<i>Art. 909, parágrafo único</i>	284
Capítulo III – Do Título à Ordem	286
<i>Art. 910</i>	286
1. Endosso e circulação.....	286
2. Endosso e cessão.....	289
3. Endosso: liberdade na sua aposição.....	289
<i>Art. 910, § 1.º</i>	290
1. Endosso no averso do título.....	290

2. Tipos de endosso.....	292
3. Transferência e vantagens do endosso em branco.....	294
4. Domicílio do endossador e data.....	295
<i>Art. 910, § 2.º</i>	295
<i>Art. 910, § 3.º</i>	297
1. Responsabilidade e legitimação.....	297
2. Cancelamento.....	298
<i>Art. 911</i>	299
<i>Art. 911, parágrafo único</i>	301
<i>Art. 912</i>	302
1. Rigor e efeitos do endosso.....	303
2. Declaração condicional.....	304
<i>Art. 912, parágrafo único</i>	304
<i>Art. 913</i>	305
<i>Art. 914</i>	307
<i>Art. 914, § 1.º</i>	309
1. Coobrigação.....	310
2. Dupla função do endosso.....	310
<i>Art. 914, § 2.º</i>	312
1. Obrigação principal e coobrigado.....	312
2. Relação cambiária.....	314
<i>Art. 915</i>	315
1. Limite às exceções no direito cambiário.....	316
2. Exceções <i>in personam</i>	317
3. Exceções quanto à forma e conteúdo do título.....	318
4. Falsidade, defeito de capacidade ou representação.....	319
5. Exceção de cunho processual.....	320

<i>Art. 916</i>	320
1. Boa-fé e má-fé	320
2. Presunção de boa-fé	322
<i>Art. 917</i>	323
1. Cláusula de mandato	323
2. Mandato: manifestação de vontade	326
<i>Art. 917, § 1.º</i>	327
1. Peculiaridades do endosso-mandato	327
2. Transmissão dos direitos por endosso-mandato	328
3. Endosso translativo por mandato	329
<i>Art. 917, § 2.º</i>	330
<i>Art. 917, § 3.º</i>	331
<i>Art. 918</i>	331
1. Caução do título	332
2. Necessária entrega do título	332
<i>Art. 918, § 1.º</i>	334
<i>Art. 918, § 2.º</i>	335
<i>Art. 919</i>	336
1. Dívida sanada	336
2. Efeitos de natureza civil	338
<i>Art. 920</i>	339
Capítulo IV – Do Título Nominativo	341
<i>Art. 921</i>	341
1. Modalidade de transferência do título	341
2. Natureza causal dos títulos nominativos	342
<i>Art. 922</i>	344
1. <i>Transfert</i>	344

2. Efeitos do registro.....	345
3. Formalidades e responsabilidade.....	346
4. Tradição do título: condição para a averbação?.....	346
<i>Art. 923</i>	347
1. Necessária diferenciação	348
2. Circulação por endosso em branco	349
<i>Art. 923, § 1.º</i>	350
1. Completude do endosso.....	350
2. A prova do endosso.....	351
<i>Art. 923, § 2.º</i>	352
1. A questão da legitimação	352
2. A prova do legitimado	353
<i>Art. 923, § 3.º</i>	354
<i>Art. 924</i>	355
<i>Art. 925</i>	357
1. Efeitos do <i>transfert</i>	357
2. Responsabilidade do emitente	358
<i>Art. 926</i>	359

Título IX

Da Responsabilidade Civil

1. Da obrigação de indenizar	363
1.1 A responsabilidade civil e os novos danos (danos provocados por alimentos geneticamente modificados, por ondas eletromagnéticas, <i>bullying</i> e <i>stalking</i>).....	363
1.2 O princípio <i>neminem laedere</i> e as funções da responsabilidade civil.....	372
1.3 Fundamento constitucional e infraconstitucional da responsabilidade civil. Prevenção e reparação de danos	375
1.4 Indústria das indenizações ou indústria das lesões?.....	380

Capítulo I – Da Obrigação de Indenizar	382
<i>Art. 927</i>	382
1. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva. Risco da atividade e atividade de risco.....	383
2. Pressupostos da responsabilidade civil.....	386
3. Excludentes do nexa causal: culpa exclusiva da vítima, concorrência de culpas, culpa de terceiro e caso fortuito ou força maior	392
4. Danos materiais, morais e à imagem	395
<i>Art. 928</i>	400
<i>Art. 929</i>	403
<i>Art. 930</i>	405
<i>Art. 931</i>	407
<i>Art. 932</i>	410
<i>Art. 933</i>	420
<i>Art. 934</i>	421
<i>Art. 935</i>	422
<i>Art. 936</i>	424
<i>Art. 937</i>	426
<i>Art. 938</i>	428
<i>Art. 939</i>	430
<i>Art. 940</i>	431
<i>Art. 941</i>	434
<i>Art. 942</i>	436
<i>Art. 943</i>	441
Capítulo II – Da Indenização	445
<i>Art. 944</i>	445
1. Prevenção de danos pelo <i>valor de desestímulo</i>	449

2. Enriquecimento sem causa, valor de desestímulo e função social da responsabilidade civil	453
3. Valor de desestímulo e fundos públicos e privados	459
<i>Art. 945</i>	460
<i>Art. 946</i>	462
<i>Art. 947</i>	463
<i>Art. 948</i>	463
<i>Art. 949</i>	469
<i>Art. 950</i>	471
<i>Art. 951</i>	473
<i>Art. 952</i>	475
<i>Art. 953</i>	478
<i>Art. 954</i>	480

Título X

Das Preferências e Privilégios Creditórios

<i>Art. 955</i>	485
<i>Art. 956</i>	490
<i>Art. 957</i>	495
<i>Art. 958</i>	496
<i>Art. 959</i>	499
<i>Art. 960</i>	501
<i>Art. 961</i>	503
<i>Art. 962</i>	507
<i>Art. 963</i>	508
<i>Art. 964</i>	509
<i>Art. 965</i>	512
Bibliografia	517